

**UM ESTUDO SOBRE RESILIÊNCIA CULTURAL NO PONTAL DA BARRA
EM MACEIÓ (AL)**

Jorima Valoz dos Santos

Geógrafa (UFAL), Professora do Departamento Ciências Humanas (UNEB-BA)
e Mestranda em Dinâmicas do Espaço Habitado (DEHA-FAU-UFAL)
jorisantos@hotmail.com

Adriana Capretz Borges da Silva Manhas

Arquiteta, Mestre em Engenharia Urbana e Doutora em Ciências Sociais
(UFSCar), Professora Adjunta do Programa de Mestrado em Dinâmicas do
Espaço Habitado (DEHA-FAU-UFAL)
dricapretz@hotmail.com

Resumo

O bairro Pontal da Barra constitui-se de um núcleo tradicional em Maceió (AL) com mais de dois séculos de existência que destaca-se por seus atributos naturais – o complexo lagunar Mundaú-Manguaba, o encontro de suas águas com o mar e o espetáculo do pôr-do-sol – mas também pela importância para patrimônio cultural alagoano, representado pelas atividades pesqueiras e de artesanato, visto sobretudo no filé, renda típica de Alagoas, exibido nas calçadas pelas rendeiras em suas casas com quintais banhados pelas águas da lagoa Mundaú. Na década de 1970, a Salgema Indústrias Químicas, então maior produtora de cloro da América Latina, alcançou Maceió na busca pelo petróleo e, após encontrar minas do sal-gema, fixou-se no Pontal da Barra em 1976, beneficiando-se também da proximidade da área com o Porto de Jaraguá. A implantação da indústria representava para Alagoas um importante passo para a integração ao projeto de desenvolvimento nacional e a esperança da redenção econômica do Estado, principalmente pelo alto faturamento que crescia a cada ano após sua implantação. Mas a promessa de desenvolvimento e geração de empregos não se cumpriu e o que se viu, desde então, foi uma sucessão de impactos sociais, econômicos e ambientais, interferindo na vida de toda a comunidade do Pontal da Barra. Entendendo que o estudo de um lugar e suas transformações no tempo e no espaço é um importante subsídio para a compreensão das atitudes e valores atribuídos a ele, pretende-se, por meio de um enfoque multidisciplinar, apresentar as respostas que os moradores do Pontal da Barra vêm dando frente às transformações pelas quais a área passou em decorrência da implantação da indústria, a partir da noção de *resiliência cultural*: resistindo aos assoreamentos, abertura do Canal da Barra, à implantação da Salgema, a construção da ponte e do terminal para escoamento dos produtos, seguindo para o tombamento do bairro, que por outro lado, incentivou o turismo, os moradores ainda mantêm a relação intensa e vital com as águas da lagoa Mundaú, responsável pelo sustento com a pesca, com o artesanato em rendas

(proveniente do trabalho de tecer as redes) e com os passeios turísticos pelas ilhas, mas também pelo lazer dos pontalenses, a demarcação física do território e das moradias, cujos quintais misturam-se às suas águas.

Palavras-chave: Maceió. Resiliência. Patrimônio

O Pontal da Barra, antes e depois da Salgema

Ruas tranqüilas, coqueiros e as margens da Lagoa Mundaú servem de moldura para um quadro que se vê, há mais de cem anos. Rendeiras sentadas à porta de suas casas, tecem com habilidade transmitida de geração em geração, a tradicional renda de filé do nordeste – a mais importante manifestação do artesanato alagoano. A sombra das árvores, sentados em suas canoas, pescadores repetem um gesto que remonta à antigüidade. A ágil agulha vai, em movimentos rápidos e cadenciados, compondo a malha das redes de pesca, enquanto a prosa corre solta. O bairro do Pontal da Barra é inédito. Tem vida própria, independente, e características ímpares. Seus habitantes fazem da renda e filé e da pesca o principal meio de subsistência do local, onde a paz e o passar suave do tempo completam a paisagem desse mundo à parte (SALGEMA *apud* VIEIRA, 1996, p. 43).

O ambiente lagunar sempre marcou o período de colonização de Alagoas, servindo como base para engenhos e para o desbravamento de territórios, sendo que a emancipação política do Estado deu-se em 1817. As lagoas exerceram função estratégica para o desbravamento de terras inexploradas e serviam como alavanca para seu desenvolvimento, pois eram fundamentais para escoar a produção.

Mesmo não sendo capital da província (posto ocupado pela antiga Vila de Alagoas, atual Marechal Deodoro), Maceió possuía posição topográfica privilegiada e o Porto de Jaraguá, constituído de um ancoradouro natural, o que facilitava a inspeção e a alfândega. Esses atrativos fizeram com que Maceió passasse a receber uma demanda cada vez mais crescente tanto de comércio, serviços, transportes e infra-estrutura, culminando na transferência da capital, em 1839 (COSTA, 1981).

Gonçalves (2009) explica que, com a mudança do centro administrativo de Alagoas, a região da Lagoa Mundaú passou a ser ainda mais valorizada, servindo como escoamento da produção e comércio de crustáceos, frutas e peixes, tornando-se o fator fundamental para a ocupação e abastecimento do bairro em questão.

A restinga do Pontal da Barra constitui-se de uma faixa arenosa localizada na porção central do litoral alagoano ao sul do município de Maceió, configurando-se como um braço de terra entre a Lagoa Mundaú e o Oceano Atlântico, no Complexo Estaurino Lagunar de Mundaú-Maguaba (CELMM). Este é formado pelas lagoas de mesmo nome, inúmeras ilhas, canais e extensos manguezais, ambiente mais representativo do litoral alagoano. As lagoas foram constituídas pelo barreamento da foz dos rios Mundaú e Paraíba do Meio, por deposição dos sedimentos marinhos e o conseqüente alagamento de seus leitos (NORMANDE *apud* SECULT, 1987).

Vieira (1996) afirma que o núcleo original antecede à ascensão de Maceió como capital e remonta a uma comunidade de pescadores representantes de uma só família que se localizava entre o mar e a Lagoa Mundaú, época em que o bairro ainda era “terra de índio”, formando “uma só aldeia”. Para Ferrare (2006), as relações entre uma só família favoreciam o estreitamento de relações entre os usuários e ajuda mútua e contribuía para consolidar a estrutura familiar monogâmica. Santana *apud* Vieira (1996) data as primeiras referências do bairro ainda em 1792, com a notificação de trinta edificações na localidade. Segundo ele, o acesso ao Pontal em 1880 era feito através do Trapiche da Barra em embarcações da Companhia de Navegação. Em 1902 já funcionavam estaleiros de construção de barcas, sendo que para chegar ao Trapiche, os moradores tinham que ir a pé ou em canoas, pelo lado do mar ou pela margem da lagoa, fazendo com que o Pontal da Barra permanecesse isolado do restante da cidade.

Quanto ao desenvolvimento da comunidade, ocorreu durante o período imperial, quando ali foi criada uma cadeira mista de instrução primária. O atual bairro teve sua localização na antiga “Prainha” e, além das casas, havia uma capelinha de São Sebastião e um cemitério, os quais foram destruídos pelo avanço da água do mar após abertura da barra. Vieira (1996) colheu em depoimentos com moradores que a história do Pontal foi marcada pela luta contra a natureza, pela luta pela subsistência, principalmente repetidas expulsões pelo poder público.

O Pontal apresenta uma beleza ímpar, tanto é que sempre é confundido com uma cidade e não como um bairro. Está localizado em uma restinga, assim como parte de Maceió, e em sua extensão além da **lagoa Mundaú e do mar** encontram-se dunas elevadas, terraços marinhos e lagunar, pequenas lagoas, um vasto coqueiral, manguezal e outras espécies de vegetação, além de uma variedade de pássaros.

A vasta faixa de **coqueirais** é um sinal marcante e aparente da paisagem tanto lagunar quanto na orla marítima de Maceió, nutrindo uma relação simbólica desde os primórdios de sua ocupação. A palha do coqueiro foi utilizada pelos antigos moradores para cobrirem as casas construídas de taipa, o tronco sempre foi utilizado na construção de canoas e dos próprios estaleiros, e o fruto é um dos principais elementos da culinária típica. Assim como os coqueirais, **a praia de areia branca** e com aspecto selvagem e natural é de uma beleza que já foi enfatizada por vários escritores como Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz.

Como bem ressalta Gonçalves (2009), ainda é possível encontrar uma massa de vegetação nos quintais junto à lagoa e ao mar, composta por árvores frutíferas típicas que complementa e enquadram a paisagem lagunar, contornando a silhueta do bairro. A **sinuosidade da paisagem** ocasionada pela necessidade direta de contato com a lagoa também definiu a configuração urbana do Pontal da Barra, marcada pelo traçado orgânico que acompanha a sinuosidade da Lagoa Mundaú, refletindo-se na presença de vielas, praças, ruas e becos de grande valor paisagístico.

Ao longo dos anos de existência do Pontal, a **pesca** sempre foi a principal fonte de renda para os pontalenses, e até mesmo o filé, tipo de renda mais representativa do **artesanato** alagoano, tem relação com a pesca pelo tipo de material que é utilizado, uma vez que trançado sobre as redes. Vieira (1996) explica que inicialmente, o comércio do filé era feito fora do Ponta da Barra, no porto, nos hotéis e nas cidades vizinhas. Com o advento do turismo na década de 1970, o artesanato realmente atingiu a importância que tem hoje, assim como o bairro como espaço de trabalho. Os turistas que vão até o Pontal procurando pelo artesanato, encantam-se também pelas rendeiras que sentam-se às calçadas para executar e vender seu trabalho. Além dos aspectos naturais e econômicos, o Pontal também apresenta uma grande riqueza cultural vista nas **danças folclóricas** que tem passado de geração para geração, como o Fandango.

Em 1929, foi inaugurada uma estrada ligando o Trapiche ao Pontal, ainda em barro, sendo que apenas em 1949 ela foi complementada e recebeu infra-estrutura adequada, mesmo ano em que o bairro recebeu a primeira escola. Em 1954, foi implantada a “Escola de Aprendizes de Marinheiros”, extinta em 1972 para dar lugar à Universidade Federal de Alagoas (SECULT, 1987), podendo-se atribuir esta época o fim do isolamento geográfico e social do Pontal em relação à cidade, também intensificado pelo aumento da procura da área pelos turistas. A década de 1970 marcou o advento do turismo no Brasil, com a introdução do Boing 747 e a recém criada Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) no ano de 1966, possibilitando que o Nordeste passasse a ser um destino muito procurado. Entretanto, nenhuma alteração social, física ou econômica foi mais impactante para a paisagem do Pontal do que a implantação das Indústrias Químicas Salgema, no ano de 1976.

O período do chamado “milagre econômico brasileiro” buscou uma nova modernização industrial, principalmente a partir da sua base produtiva, intensificando assim a extração de recursos naturais. Neste momento, o Estado de Alagoas se sobressaiu a partir da abundância de matéria-prima em seu subsolo, representada pela grande reserva de Sal-gema. Também existia a possibilidade de vir a ser agregado ao processo de produção do Sal-gema o álcool etílico, um subproduto da indústria açucareira alagoana, o que favorecia a alternativa para outros subprodutos (FERRARE, 1996, p. 57). A industrialização do Sal-gema apresentava-se multiplicadora, pois dele seria derivado o cloro e a soda cáustica, podendo os mesmos ser transformados em insumos para a preparação de produtos químicos clorados que passariam a suprir a demanda interna do país. Neste contexto, a “Salgema Indústrias Químicas”, (criada em 1941 quando, na busca pelo petróleo, acabou por encontrar minas de sal-gema), que já era considerada a maior produtora de cloro-soda da América Latina, perfurou o primeiro posto de sal em Maceió, sugerindo a instalação da indústria na Restinga do bairro do Pontal da Barra. A idéia da instalação foi no governo de Afrânio Lages, porém sua concretização foi na gestão do governador Divaldo Suruagy no ano de 1977.

A instalação da Salgema na restinga do Pontal da Barra satisfazia requisitos do processo produtivo; a proximidade da matéria-prima, de um porto de escoamento de sua produção e proximidade da água para lançamento dos efluentes líquidos (VIEIRA, 1996, p.16).

A implantação da Indústria representava para o Estado de Alagoas um importante passo para a integração ao projeto de desenvolvimento nacional, representando uma esperança na redenção econômica do Estado, principalmente pelo alto faturamento que crescia a cada ano após a implantação. Havia um interesse geral do Governo Estadual e também federal no empreendimento, pois a Salgema contribuía na economia de uma forma geral e principalmente na arrecadação do ICMS.

À medida que indústria ia sendo instalada e ocorria sua ampliação, havia a necessidade de uma infra-estrutura, como a construção de um cais para escoamento dos produtos e da rodovia que ligaria o Município de Maceió ao de Marechal Deodoro pela Ilha de Santa Rita, também a necessidade da construção de uma ponte sobre a lagoa Mundaú para fazer a ligação entre os dois municípios (FERRARE, 1996).

Na época da implantação, a Salgema causou um grande impacto para o seu entorno, principalmente por ter sido implantada em área de preservação e de muita instabilidade, uma restinga que possui uma vegetação própria, formada por dunas e terraços, agravado pela construção da ponte e do terminal para escoamento dos produtos. Por conta desse impacto, em 1977, foi elaborado o PLEC, Projeto de Levantamento Ecológico e Cultural da Região das Lagoas Mundaú e Manguaba, com finalidade de proteger a área da implantação e minimizar os prejuízos culturais e ecológicos que viriam a ocorrer futuramente (GONÇALVES, 2009).

A partir de 1984, a empresa passou receber novos acionistas, sendo que este processo de crescimento, apoiado pelos diversos setores políticos e econômicos da sociedade alagoana, levaria à duplicação da Salgema, com a necessidade de remoção dos antigos moradores. Essa duplicação representaria para o Estado um ganho maior no ICMS mas, para os moradores, passou a significar o temor de serem retirados do lugar que sempre viveram e que existia havia mais de dois séculos. Neste momento, alguns segmentos da sociedade uniram-se em um movimento em defesa da população do Pontal da Barra. No bairro, as pichações estavam presentes em vários lugares, mostrando o descontentamento e a preocupação de uma possível retirada de todos para outra localidade.

Além dos aspectos físicos, a eminência de um vazamento passou a ser uma constante para os moradores do Pontal e do Trapiche da Barra, e uma forma de contornar o problema foi

a construção do Cinturão Verde em 1985, visando sobretudo resguardar o que restou das dunas que ainda ocupam a orla marítima. Situado entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Mundaú, constitui-se de uma reserva ecológica de 150 hectares, para o qual foi investido US\$ 8 milhões no tratamento paisagístico de uma área de vinte hectares destinados para recuperação do solo, reconstituição das dunas e recomposição da paisagem da Mata Atlântica (VIEIRA, 1996).

O processo de degradação ambiental e o temor que os moradores passaram a ter de serem retirados do local, agregando ao seu cotidiano a possibilidade de vários tipos de catástrofes por acidentes como vazamentos e explosões, rapidamente levaram à degradação do Pontal, o que contribuiu para mobilizações com apoio de vários segmentos da sociedade que culminaram na elaboração de um Dossiê de Tombamento em 1988, definindo o bairro como ZPR (Zona de Preservação Rigorosa) e seu entorno como ZPP (Zona de Preservação Paisagística). O Dossiê de Tombamento resguardava tanto o bairro como também a restinga do Pontal da Barra, a lagoa Mundaú e seus canais adjacentes (SECULT, 1987).

Como resultados, foram realizadas inúmeras obras de infra-estrutura, ampliação dos negócios, geração de empregos e revalorização da paisagem cultural. Em 2002 a Salgema passou ao controle da Braskem, voltando-se para a realização de projetos para a comunidade, diferentemente de sua antecessora. Por outro lado, constatou-se a degradação do meio-ambiente, mudanças da reprodução do espaço do bairro que incidiram diretamente sobre a realidade socioeconômica local.

Transformações na paisagem e resiliência cultural

Bachelard (1997) reconhece que as imagens do fogo e da terra são capazes de despertar emoções que a água não desperta. No entanto, não podemos concebê-la como de menor importância na percepção, pois no caso do Pontal, a água está presente de forma muito forte e tem sido representativa em toda a história do bairro. A água que sempre serviu como paisagem, também surge como fonte de sobrevivência para os moradores, sendo na pesca, no artesanato através da rede para fazer o filé e mesmo no passeio turístico, que surge como uma nova forma de sobrevivência, justamente pela escassez do pescado. Nesse sentido, pode-se

afirmar que a água simboliza a redenção para a manutenção da vida de seus moradores, percebida de uma forma diferente de quem simplesmente visita o bairro, o caso dos turistas.

Por outro lado, o mesmo autor considera que a “imaginação material da água está sempre em perigo, com risco de apagar-se quando intervêm as imaginações materiais da terra e do fogo” (BACHELARD, 1997, p.22). Considerando essa afirmativa, o risco de desaparecimento vem sendo constantemente reforçado pelas constantes modificações físicas e culturais pelas quais o Pontal vem passando, desde a época de construção dos acessos, advento do turismo e implantação da Salgema.

Na época antiga, o Pontal era muito mais lindo, porque essa lagoa não era poluída, tinha a barra muito mais perto, então desaguava muito mais assim, e a lagoa era muito azul, era igual ao mar... Agora, depois da fábrica despejar os detritos da fábrica no Rio Mundaú, o Rio Mundaú deságua na lagoa Mundaú, aí a poluição veio e acabou com tuco, acabou com a flora, com a fauna, acabou com tudo da lagoa Mundaú, inclusive com a gente (PLEC apud GONÇALVES, 2009, p. 42)

A atividade de **pescas**, que já fora a inicial forma de sobrevivência, foi transformando-se, com a industrialização da cana-de-açúcar e com o processo de urbanização, num complemento da renda familiar, ou mais uma atividade de subsistência e lazer, cedendo espaço ao emprego assalariado, fora do Pontal, ficando o bairro mais com o comércio do artesanato de rendas.

A **Lagoa Mundaú** se apresenta hoje repleta de bancos de areia, resultado do alto assoreamento principalmente após a construção da Ponte Divaldo Suruagy, o que resultou na diminuição do pescado. Por outro lado, isto fez surgir uma nova fonte de renda para alguns moradores, que são os passeios turísticos de barco, que impulsionaram também a criação de restaurantes entre as ilhas. Entretanto, os passeios de barco também têm contribuído com a poluição e degradação ambiental da lagoa, principalmente pelo uso de combustível, causando a diminuição de peixes e mariscos.

Vieira (1996) observou, mais de uma década atrás, que a comunidade fechada de pescadores até a década de 1970 passou por um processo de transformação para um bairro onde os contatos não mais se limitam aos grupos familiares e de vizinhança, embora eles ainda persistam, porque se mantém o estilo de vida e as atividades tradicionais no local. O **artesanato** ainda está presente na maioria das casas e é a principal fonte de renda para as

famílias, principalmente pela pouca oferta de pescado na lagoa. A mulher pontalense passou a ser mais exposta, já que o artesanato passou a ser a atividade mais procurada, interagindo com clientes vindos de todas as partes, e também é ela quem viaja no período de baixa estação para vender o artesanato no sul do país.

O tombamento e o incremento do turismo, duas décadas atrás, ampliaram as oportunidades de renda, a maior divulgação do artesanato, além dos passeios de barco pela lagoa, bares e restaurantes. Concordando com a autora e avançando no tempo, pode-se dizer que têm surgido novas formas de sociabilidade no Pontal da Barra e, apesar das modificações sobretudo ambientais pelas quais o Pontal sofreu após a implantação da Salgema, a natureza e a relação vital com a lagoa ainda é o elemento de destaque na vida da população, fenômeno identificado como “resiliência cultural”.

Segundo Barros *apud* Barros e Araújo (2008), há situações nas quais a sociedade local responde à expansão do turismo se inserindo nas atividades turísticas, mas consegue manter ainda parte significativa do patrimônio cultural local que lhe confere identidade àquele lugar, fenômeno que pode ser denominado de “resiliência cultural”. Munn *apud* Barros e Araújo (2008) explica que o conceito de “resiliência” pode ser definido como a capacidade de um sistema (ecológico, econômico, social) para absorver as tensões criadas por perturbações externas, sem que se altere. No campo da ecologia, o conceito de “resiliência” é explicado como a capacidade de um sistema suportar perturbações ambientais mas mesmo assim manter sua estrutura e padrão geral de comportamento.

Adaptando o conceito de resiliência ecológica ao campo cultural, Barros e Araújo (2008) entendem que a capacidade que um determinado grupo social tem em resistir às mudanças provocadas pelo choque com culturas diferentes mas mesmo assim preservar seu patrimônio cultural. Ainda que não permaneça intacta, mas permanece com códigos simbólicos partilhados pelos seus membros. Concordando com os autores,

Não se pretende aqui defender uma visão antropológica de compreensão “fossilizada” de uma suposta autenticidade cultural. A intenção é saber qual o grau de interferência da atividade turística numa dada comunidade, se ela está desagregando valores e costumes da cultura local ou se essas mudanças estão ocorrendo devido à pressão das circunstâncias e a partir da própria dinâmica interna da cultura. (Barros e Araújo (2008, p.11).

Segundo Vieira (1997) e Gonçalves (2009), além da interação com a natureza, os moradores ainda percebem a tranquilidade, paz e segurança em relação a outras localidades, e o parentesco, a solidariedade e a estrutura familiar do bairro ainda permanecem e reproduzem-se entre os mais jovens, o que confere aos moradores do bairro um sentido de segurança, que não é mais visível em outras localidades. É importante, no entanto, que se tenha consciência que essas características estão em processo de transformação e são permanentemente ameaçadas, não só pelas novas atividades que surgiram, mas na medida em que o bairro vai se integrando à cidade.

Bibliografia

BACHELARD, G. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997

COSTA, C. **Maceió**. Maceió: SERGASA, 1981.

FERRARE, J. O. P. **A preservação do patrimônio histórico: um (re)pensar a partir da experiência de Marechal Deodoro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 1996.

FERRARE, J. O. P. **Um olhar antropológico sobre as práticas e o imaginário social da cidade de Marechal Deodoro – Alagoas**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade do Porto, Portugal, 2006.

GONÇALVES, V. M. de M. **Relembrar o passado, reconhecer o presente: a identidade do Pontal da Barra pelas lembranças dos moradores idosos**. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2009.

SECULT. **Dossiê de Tombamento do bairro do Pontal da Barra**. Maceió: Mimeo, 1987. 30p.

VIEIRA, M. do C. **Daqui só saio pó... conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra**. Maceió: EDUFAL, 1997.

PAIVA, M. de P e ARAÚJO, L. M. de. **Resposta local ao turismo: resiliência cultural e desenvolvimento no povoado de Pontal de Coruripe (AL)**. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008, Fortaleza. Anais ... Fortaleza, Instituto Terramar, 2008.